

Gênero e Direito à Comunicação: a Atuação das Mulheres do Coletivo Sargento Perifa na Transformação do Território¹

Jeniffer Micaella Oliveira da SILVA²

Fabiana Moraes da SILVA³

Universidade Federal de Pernambuco -UFPE/CAA

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a analisar a atuação das mulheres do Coletivo Sargento Perifa, do Córrego do Sargento, na periferia do Recife, como protagonistas na luta pelo direito à comunicação e à transformação social do território. A partir de uma perspectiva interseccional de gênero, raça e classe, o estudo adota a metodologia quanti-qualitativa para investigar como práticas de comunicação popular contribuem para a conquista de direitos fundamentais, destacando a contribuição das mulheres periféricas na construção de narrativas contra-hegemônicas e no enfrentamento das desigualdades estruturais.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação popular; sociedade em rede; direito à comunicação; gênero; interseccionalidade.

Introdução

O direito à comunicação, garantido pela Constituição Federal de 1988 e reconhecido como direito humano fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, enfrenta desafios em sua efetivação no Brasil, pois a concentração de poder nas mídias tradicionais e o uso desordenado das redes sociais geram desigualdades na produção e no acesso à informação. O relatório feito pelo coletivo de comunicação brasileira Intervozes em parceria com a organização não governamental Repórteres Sem Fronteiras aponta como o poder da mídia é distribuído em pequenos grupos, “os quatro principais grupos de mídia concentram uma audiência nacional exorbitante em cada segmento analisado (TV, rádio, mídia impressa e online), ultrapassando 70% no caso da televisão aberta, meio de comunicação mais consumido no país” (Intervozes; Rsf, 2017).

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Tecnologia e Sociedade, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Inovação Social do CAA-UFPE, e-mail: jeniffer.oliveira@ufpe.br.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Inovação Social do CAA-UFPE, e-mail: fabiana.msilva2@ufpe.br.

No entanto, coletivos de comunicação popular e comunitária emergem como uma comunicação de resistência, vinculados à luta por direitos fundamentais. Apenas em Pernambuco, são mais de 70 coletivos de comunicação, de acordo com o Mapa da Mídia Independente e Popular de Pernambuco (2024). É a partir desta problemática que o projeto de pesquisa intitulado “Gênero e direito à comunicação: a atuação das mulheres do coletivo Sargento Perifa na transformação do território”, aprovado no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Inovação Social da Universidade Federal de Pernambuco, iniciado em março deste ano, se baseia na luta pelo direito à comunicação encampada pelos coletivos de comunicação popular e comunitária e pela atuação ativa das mulheres para garantir a existência digna de suas famílias.

Pensando comunicação e interseccionalidade

A fundamentação teórica do estudo parte do reconhecimento da comunicação como direito humano fundamental, com base em marcos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e por estudos que destacam sua centralidade para a promoção da cidadania e da equidade social. A pesquisa utiliza autores como Cicilia Peruzzo (2024) e Paulo Freire (1983) para compreender os processos de comunicação popular e comunitária, caracterizados como práticas de resistência contra as narrativas hegemônicas da grande mídia. Essa comunicação, associada aos movimentos sociais, pretende promover visibilidade às demandas de grupos marginalizados e integrar lutas por direitos humanos fundamentais. Bem como Marina Muniz Mendes e Magno Medeiros (2014) para compreender a utilização da comunicação offline em territórios específicos, além de Castells (1999) e Tarcízio Silva Dourado (2022) para abordar tecnologia, internet, big techs e o racismo algorítmico.

A perspectiva social - aqui fundamentada pela noção de interseccionalidade proposta por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) e Carla Akotirene (2019), permite analisar como classe, raça e gênero moldam as experiências das mulheres nos territórios periféricos, destacando a relação entre opressões estruturais e práticas emancipadoras. Collins e Bilge (2020, p.41) mostram que ao analisar a organização das mulheres negras no Brasil “para resistir às múltiplas formas de desigualdade social, o ativismo delas mostra como o engajamento de movimentos sociais comunitários e movimentos sociais de base gerou análises e práticas interseccionais”. Akotirene (2019,

p.40) também aponta que além das violências que atravessam raças, classes e gerações, “as queixas das mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado, devido às mulheres negras serem moradoras de espaços considerados perigosos, identificados como pontos de tráfico de drogas pelas mídias televisivas”.

Assim, considerando os atravessamentos enfrentados em diferentes territórios e, a partir deles, identificar que as questões de classe, raça e gênero se interseccionam de maneiras diferentes, é possível olhar para a atuação de coletivos de comunicação popular e comunitária numa perspectiva emancipatória. Perspectiva essa que aponta a consciência desenvolvida através do acesso à comunicação, ao letramento racial e social, à educação e aos direitos fundamentais. Pensando nos territórios periféricos, onde estes coletivos estão ambientados, é possível perceber que são as mulheres negras que chefiam a maioria das famílias desses locais. São avós, mães, irmãs, tias, amigas, vizinhas, que se unem para garantir a sobrevivência de suas famílias e da comunidade ao redor.

São justamente nestes territórios que os privilégios sociais estão distantes, tendo em vista que a população de baixa renda tende a morar em áreas periféricas ou ambientalmente frágeis (Rolnik, 2002, p.54) e, por isso, a própria população atua na busca de mitigar essas desigualdades. Rolnik também destaca que há um contraste nas cidades brasileiras, no qual uma parte possui condições de urbanidade e outra parte, normalmente até três vezes maior do que a primeira, tem o urbanismo inexistente. Desse modo, é possível olhar para essas vivências e as problemáticas vividas na sociedade brasileira que contém características patriarcais, racistas e classistas, e compreender que existem características e consequências específicas a partir de cada marcador social.

Quando o digital não atende as demandas de comunicação da periferia

Há uma disputa de narrativas dentro da esfera digital, sobretudo causada pelo uso desordenado das redes sociais, que apresenta a fragilidade do sistema na esfera comunicacional, podendo ocasionar violações de diversos direitos. Elas podem ser associadas com o conceito de virtualidade real, apresentado por Castells (1999), no qual a apresentação é vista como “todas as mensagens de todos os tipos são incluídas no meio porque este fica tão abrangente, tão diversificado, tão maleável, que absorve no

mesmo texto de multimídia toda a experiência humana, passado, presente e futuro” (Castells, 1999, p.459).

No contexto atual, essa disputa parte da dinâmica em que as grandes empresas de tecnologia, conhecidas como big techs, utilizam do alto volume de dados fornecidos por cada usuário de internet para personalizar e direcionar conteúdos através dos algoritmos, mas não só, os utilizam também para segmentar grupos, bombardear publicidades e atender ao olhar de quem as domina - geralmente homens, brancos e de classe média e alta. Entre essas problemáticas e com a falta de controle, o racismo também acessa camadas da internet e da tecnologia. Tarcízio Silva (2022), problematiza a visão de que a tecnologia é neutra, justamente por ser gerida por um grupo específico da sociedade, portanto, “se a tecnologia é erroneamente enquadrada e percebida como neutra, a tal equívoco se soma a negação do racismo como fundante de relações e hierarquias sociais em países como o Brasil” (Silva, 2022, p.21).

Como contrapartida, a comunicação popular e comunitária é vista como uma comunicação de resistência porque é vinculada aos movimentos sociais, comunidades e coletivos populares que lutam por direitos (Peruzzo, 2024), tendo um papel fundamental na garantia não só deste direito, mas de outros direitos fundamentais como saúde, educação, trabalho, moradia, alimentação, cultura e segurança. Apesar de as mídias digitais ampliarem a visibilidade das iniciativas comunitárias, o estudo reconhece a importância das práticas tradicionais de comunicação offline, face a face em contextos específicos. Na prática, a Rede de Mulheres e Meninas do Perifa, criada em 2024, é um exemplo que elucida como o Coletivo Sargento Perifa utiliza da comunicação offline para trabalhar temas importantes para as vivências das mulheres do território através de rodas de conversas e uma comunicação mais próxima e oralizada. Há uma convergência com o online, a partir das publicações em redes sociais, no entanto, é no offline que os debates acontecem em sua totalidade.

Marina Muniz Mendes e Magno Medeiros (2014) mostram como as ferramentas offline são capazes de resgatar o diálogo com a população rural, mas seu exemplo pode ser utilizado também para as populações periféricas, entendendo que as mensagens devem ser construídas de forma acessível, afinal, “acima de mercadoria, informação é um bem social. A comunicação integrada permite uma adequação mais eficiente da forma, conteúdo e demais ferramentas comunicacionais” (Mendes; Medeiros, 2014,

p.88). Também são analisados os desafios da sustentabilidade dos coletivos de comunicação popular, que enfrentam barreiras econômicas e estruturais. Nesse sentido, autores como Fígaro e Nonato (2021) contribuem ao explorar modelos alternativos de financiamento para garantir a independência dessas iniciativas, reforçando a importância da comunicação popular como ferramenta de transformação social.

Metodologia

Esta pesquisa é a continuação aprofundada dos estudos realizados no trabalho de conclusão de curso (TCC) de jornalismo, no qual foi desenvolvido um trabalho experimental com a criação de um portal sobre o tema da comunicação popular e comunitária. Hoje, com o recorte de gênero e a partir do coletivo Sargento Perifa, o presente projeto tem como objetivo investigar o perfil, as condições e a atuação das mulheres do Coletivo Sargento Perifa, que compõem 60% dos 76 integrantes, na luta pelo direito à comunicação e na transformação social do território periférico. O desenvolvimento será a partir da análise dos marcadores sociais de classe, raça e gênero presentes no coletivo, do mapeamento do papel das mulheres, os espaços de atuação e as condições de remuneração em que se encontram, da relação entre a luta pela comunicação e pelos direitos fundamentais e, por fim, pelo resgate histórico da participação feminina na luta pelo direito à comunicação.

Nosso método de investigação é quantitativo-qualitativo considerando uma combinação de técnicas de levantamento de dados, as quais vão desde as entrevistas aos integrantes de coletivos à coleta de dados por meio de questionários. Utilizar a junção das abordagens qualitativas e quantitativas é essencial para uma análise robusta das práticas e desafios enfrentados pelas mulheres do Coletivo Sargento Perifa, afinal, conforme citam Bauer e Gaskell (2022, p.18), “uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados: um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica”.

O coletivo foi criado em maio de 2020 pelos jornalistas Gilberto Luiz e Martihene Oliveira, surgindo da união e da atuação dos moradores do Córrego do Sargento, no bairro da Linha do Tiro, zona norte do Recife, para noticiar os acontecimentos da comunidade e contrapor o estereótipo da mídia tradicional sob os territórios periféricos. Diversos projetos, como o serviço de saúde oferecido pela

enfermeira Joselma Carvalho (Sargento Saúde), e as aulas de Jiu-Jitsu oferecidas pelo atleta e professor Luan Amorim através do projeto Riselda Amorim, já existiam na comunidade. Ambos se uniram aos projetos dos jornalistas para potencializar o protagonismo dos moradores. Desde então, novas ideias foram criadas para garantir a dignidade da população do território, ocupando, muitas vezes, o lugar do Estado na promoção dos direitos fundamentais.

Considerações finais

Ao investigar práticas comunicativas que promovem a equidade de gênero e a justiça social em territórios periféricos, alinhando-se a temas relevantes para políticas públicas e acadêmicas no campo da comunicação e do desenvolvimento social. Espera-se compreender com a pesquisa “Gênero e direito à comunicação: a atuação das mulheres do coletivo Sargento Perifa na transformação do território”, como as mulheres do Coletivo Sargento Perifa lideram iniciativas dentro da comunicação popular para promover mudanças sociais e assegurar direitos fundamentais em seu território. O estudo também deve oferecer subsídios teóricos e práticos para fortalecer a democratização da comunicação e incentivar políticas que apoiem coletivos similares. A pesquisa contribui para debates sobre comunicação popular, direito à comunicação, empoderamento feminino e territorial, interseccionalidade, justiça social e sustentabilidade em contextos de desigualdade estrutural.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

ROLNIK. Raquel. **É Possível uma Política Urbana Contra a Exclusão?** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Ed. Cortês. n.72, ano XXIII. p.53-61. Nov./2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e terra, 2005.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção.** Dissertação (mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Editora Vozes Limitada, 2017.

INTERVOZES; RSF. **Media Ownership Monitor**, 2017.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. **Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil: organização, sustentação e rotinas produtivas**. 2021.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Fundamentos Teóricos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa**. Editora Universitária – Edufes, 2024.

MENDES, Marina Muniz; MEDEIROS, Magno. **Ferramentas offline de comunicação: resgate do diálogo com a população rural**. Extensão Rural, v. 21, n. 3, p. 73-92, 2014.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. Edições Sesc SP, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.